

BRASIL: REFLEXÕES SOBRE GOVERNABILIDADE E DEMOCRACIA

Bolívar LAMOUNIER

SUMARIO: I. *Introdução*. II. *Transição e governabilidade*. III. *Sucessão de 2002: a ascensão de Lula*. IV. *Apontamento sobre as eleições municipais de 2004*. V. *À guisa de conclusão: visão de médio prazo*.

I. INTRODUÇÃO

O que ofereço neste texto são reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governabilidade democrática no Brasil. No sentido retrospectivo, reexamino a transição do regime militar ao civil (1974-1985), a fim de sublinhar algumas de suas seqüelas negativas, e em seguida a “era Fernando Henrique” (1994-2002). No sentido prospectivo, parto dos dois primeiros anos da presidência Lula (Luiz Inácio da Silva, 2002-2004) e das eleições municipais de 2004 para elaborar algumas conjecturas sobre o futuro e a robustez da democracia.

II. TRANSIÇÃO E GOVERNABILIDADE

Como o entendo, o conceito de governabilidade refere-se ao sempre precário equilíbrio entre, de um lado, as capacidades do governo (capacidade decisória, capacidade de implementação, capacidade de angariar apoio social) e, do outro lado, como se fossem dois pratos de uma balança, as aspirações, necessidades, demandas e pressões da sociedade, que se expressam, naturalmente, de diferentes formas e em graus variáveis de intensidade.

No Brasil, é consensual que, além das dificuldades inerentes ao processo de transição, outras também gravíssimas se formaram nos primeiros 8 anos (1985-1993) do período pós-transição, distendendo-se e começando a ser resolvidas somente a partir de meados dos anos 90. Em que consistiam tais dificuldades, como se acumularam, e que fatores finalmente permitiram que começassem a ser superadas? Estas não são questões triviais. A compreensão do Brasil atual sem dúvida requer alguma hipótese minimamente lógica a esse respeito.

Com o olhar retrospectivo, podemos afirmar que a densa trama de dificuldades que se configurou no período pós-transição (1985-1993) se desfez ou diluiu a partir de meados dos anos 90, permitindo um esforço deliberado e consistente de rompimento dos impasses político-econômicos até então existentes. Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor (1992) e a investidura do vice Itamar Franco na presidência da República, e especialmente a partir do momento em que Itamar Franco reformulou seu ministério e atribuiu a Fernando Henrique Cardoso funções semelhantes às de um primeiro-ministro, teve início um processo de saudável compactação das forças político-partidárias e de singularização da inflação como foco prioritário da ação governamental. A rápida e positiva resposta da sociedade a esse parlamentarismo informal e à definição da estabilização monetária como prioridade —simbolizados, ambos, pela figura do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso—, deveu-se também ao fato de já haver o debate público, a essa altura, amadurecido suficientemente uma série de importantes questões no tocante à reforma do Estado e da economia. Formara-se, em outras palavras, uma nova agenda pública, movida não apenas pelo conteúdo intelectual da discussão, mas também por um poderosíssimo combustível popular, que era a demanda social por estabilidade monetária. A convergência desses vários fatores resultou na ascensão ao poder, em 1993-94, de um novo grupo político dirigente, centrado no PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira), mas respaldado indiretamente por uma coalizão partidária amplíssima (diria mesmo: sem precedente, sob este aspecto, na história brasileira). Podemos portanto dizer que as características principais da conjuntura que então se inaugurava eram: primeiro, o rompimento da paralisia —ou do círculo vicioso entre debilitamento político e virtual desorganização da economia pela super-inflação— que se havia configurado ao longo da década precedente; segundo, a formação de um grupo político dirigente com uma prioridade bem definida

(a estabilidade monetária); terceiro, uma agenda já amadurecida no debate público, que serviria de bússola programática para o governo Fernando Henrique: reforma do Estado, privatização, racionalização do gasto social, etc. Estes dois últimos elementos —grupo dirigente e agenda— moldaram-se mutuamente. A agenda (estabilização e reforma do Estado) moldou o grupo. O grupo deu forma política e legislativa à agenda. É importante destacar, neste quadro, o efeito político da inflação. Ao atingir índices extremamente elevados e resistir a sucessivos intentos de controle, entre 1986 e 1992, a escalada de preços transformou o desconforto difuso de 15 anos antes em demanda social predominante, praticamente exclusiva, fato evidenciado pelo maciço apoio que a sociedade conferiu aos esforços empreendidos primeiro por José Sarney (Plano Cruzado, 1986), depois por Collor (primeiro semestre de 1990) e finalmente por Fernando Henrique Cardoso (Plano Real, 1993-1994).

Mas que profunda fragilidade era essa, que impediu por tanto tempo um ataque consistente à inflação e a distorções longamente acumuladas na estrutura estatal brasileira? Conquanto a busca de raízes históricas possa recuar muito no tempo (e não são poucos os autores que preferem começar essa análise pela estrutura do Estado colonial português...), o ponto de partida obrigatório para esta reflexão parece-me ser o caráter específico do processo brasileiro de transição do regime militar para o regime civil. A explicação do que iria ocorrer nos anos 80 e 90, ou seja, daquela fragilidade paralisante, é, a meu ver, que a nossa transição debilitou simultaneamente os dois lados, vale dizer, os militares e os civis. Como o regime militar brasileiro nunca chegou a um radicalismo autoritário total (como no Chile de Pinochet), não chegando em nenhum momento à supressão total da prévia Constituição democrática, ou do calendário eleitoral, o processo político e a lógica eleitoral continuaram a operar, sob controles ora mais e ora menos intensos, no âmbito do Congresso Nacional, dos estados, das assembleias legislativas e da maioria dos municípios, e assim a chamada “classe política” manteve-se em franca atividade, ora colhendo glórias, ora expondo-se ao desgaste público. Isto se tornou evidente na fase final da transição (governo Figueiredo). Não tendo a classe política a responsabilidade direta pela instância mais alta do poder, mas estando já em grande parte identificada como parte dele, ao cabo de muitos anos de um processo de transição prolongado, difícil, frustrante, a ambigüidade do sentimento popular a respeito dela

tornara-se perceptível. Portadora de esperanças, ela se tornou também alvo imediato de desapontamentos e decepções.

O mesmo ocorria em relação aos militares. Nos últimos anos do regime, sobretudo após a sucessão de Geisel por Figueiredo, os militares tinham um poder que era mais de veto (notadamente veto em relação ao ritmo do processo de abertura) do que propriamente de formulação e implementação de políticas públicas; poder defensivo, mais que propositivo e legitimador de programas estratégicos de longo prazo.

Consumada a abertura, no meado dos anos 80, configurou-se claramente o círculo vicioso, político e econômico, a que acima me referi. Econômico porque, de fato, a situação se agravava desde o final dos anos 70, com a crise da dívida externa, a manifesta inviabilidade do precedente modelo de crescimento centrado na empresa estatal e a eclosão da inflação anual de três dígitos: um quadro de adversidades econômicas que não poderia ser superado em prazo curto. Por essa e por outras razões, o mecanismo político do país também caminhava para a paralisia, uma vez que nem o regime retirante se retirava completamente, nem o regime entrante entrava por inteiro, e, quando entrou, entrou debilitado, com suas principais lideranças já sujeitas a agudo questionamento e minadas em sua legitimidade.

Associada a outros traços de nossa formação histórico-institucional sobre os quais não posso me estender no presente texto, essa situação contribuiu, sem dúvida, para o processo extremamente confuso de elaboração constitucional. De fato, vistas as coisas pelo ângulo comparativo, não me ocorre exemplo de assembléia constituinte mais desagregada e difusa —no tocante à tomada de decisões durante o processo de elaboração constitucional—, que a Constituinte brasileira de 1987-1988.

Não surpreende, portanto, que esse quadro se agravasse a olhos vistos, especialmente a partir do colapso do cruzado, plano de combate à inflação por meio do congelamento de preços e salários posto em prática em fevereiro de 1986. Do fim desse ano em diante, numa atmosfera de fracasso, difundiu-se amplamente na sociedade o diagnóstico de que o círculo vicioso político-econômico deveria ser rompido *pele lado político*, fazendo-se para isso mister, possivelmente, alterar o sistema de governo, para que o país pudesse dispor de um mecanismo constitucional mais forte, capaz de desfazer impasses e agregar e agilizar o processo decisório, sem prejuízo para a institucionalidade democrática. Realmente, a superação daquele estado de coisas parecia e era de fato improvável no

quadro conjuntural e político-constitucional daquele momento, caracterizado, no pólo econômico, por aguda instabilidade e preocupante deterioração, e, no pólo político-constitucional, por rígida separação de poderes (própria do sistema presidencial) e crescente fragmentação partidária.

Três fatores especialmente virulentos trabalhavam no sentido do agravamento do referido círculo vicioso. Primeiro, a inflação, já a essa altura “estabilizada” na altitude de três dígitos, que erodia continuamente a autoridade das autoridades públicas e desacreditava as instituições, encurtando cada vez mais o horizonte de cálculo dos agentes públicos e privados, inviabilizando qualquer visão estratégica e assim recriando, incessantemente, a sensação de uma crise crescente.

Segundo, a fragmentação do sistema de partidos, problema que no Brasil é crônico, mas que, naquela quadra, passou a operar como fator autônomo de agravamento, uma vez que os diferentes partidos, por desorientação ou por cálculo oportunista, ora apostavam na crise, ora abdicavam simplesmente de qualquer papel institucional; disto a própria Constituinte é bom exemplo. Terceiro, o problema do clientelismo e da corrupção. Como em outros países latino-americanos, no Brasil o clientelismo e a corrupção não se deixam delimitar de maneira precisa, como fenômenos objetivos. Têm uma aura assaz elástica: um anel ou *expectativa* de corrupção adicional, anel que tende a se dilatar na mesma proporção em que se dissemina socialmente a sensação de crise econômica ou política, erodindo ainda mais a governabilidade. Estes três fatores —inflação, inorganicidade político-partidária e erosão ou corrosão clientelista— manifestaram-se de maneira simultânea e crescente a partir de 1985, liquidando praticamente no nascedouro (salvo pelo parêntesis de forte apoio popular engendrado pelo Plano Cruzado) o governo Sarney, complicando até o limite imaginável o processo de elaboração constitucional, e detonando o governo Collor.

Atuando durante 12 anos, de meados do governo Figueiredo ao começo do interregno Itamar Franco, os três fatores acima apontados repercutiram negativamente na economia e na política, chegando mesmo, em alguns momentos, a ameaçar a própria continuidade da transição democrática. Em 1993, embora já tivéssemos realizado eleições diretas para a presidência e superado com habilidade e firmeza a crise do *impeachment* de Fernando Collor, esses nós não se haviam desfeito completamente. Vivíamos ainda sob o império do círculo vicioso, cujas raízes, como vimos, devem ser buscadas nas engrenagens da transição.

Observe-se que foi esse, no Brasil, o período mais intenso do debate sobre a forma de governo: presidencialismo versus parlamentarismo. Em 1989, a perspectiva da “primeira eleição presidencial direta após 29 anos” alimentou um clima verdadeiramente messiânico, mesmo entre as elites. O rompimento do círculo vicioso e a retomada do desenvolvimento econômico estariam ao alcance da mão. Mas o eleito foi Fernando Collor de Mello, afastado em 1992 sob pesadas acusações de corrupção. Os que defendem o presidencialismo com o argumento de que esse sistema, graças à investidura popular do chefe de Estado, assegura liderança mais forte e contínua, fariam bem em reexaminar a questão da governabilidade à luz desse período da história brasileira. É praticamente consensual na literatura que o governo do general Figueiredo acabou praticamente em meados de 1981, quando o último general-presidente se mostrou incapaz de controlar grupos radicais de extrema direita ainda ativos no seio das Forças Armadas, e também que o governo de Itamar Franco só começou realmente quando abdicou do presidencialismo puro em favor de um parlamentarismo informal, com Fernando Henrique no papel de Primeiro-Ministro. Entre esses dois pontos extremos, Sarney e Fernando Collor. Conclui-se, portanto, que o Brasil careceu simplesmente de liderança presidencial durante nada menos de 12 anos.

O rompimento do círculo vicioso deu-se por obra de fatores que operaram em curta seqüência, primeiro pelo lado político e em seguida pelo lado econômico. Pelo lado político, o fator-chave foi a reforma política informal e temporária levada a cabo pelo presidente Itamar Franco em 1993: o interregno parlamentarista mediante o qual o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi guindado a uma posição que equivalia, na prática, à de um primeiro-ministro. Essa alteração informal se configurou com extraordinária rapidez, graças, de um lado, ao calibre intelectual e político do personagem principal e, de outro, paradoxalmente, ao recrudescimento das dificuldades, ou seja, à deterioração das expectativas econômicas. A reforma ministerial e a audaciosa designação, pelo presidente Itamar Franco, do novo ator-chave reverteram quase instantaneamente o pessimismo então reinante e robusteceram o organismo político. Desfeita, assim, a trama paralisante que operava na esfera política, a prioridade atribuída ao controle da inflação e a preparação de um plano de estabilização, com o indispensável simbolismo da credibilidade, fizeram o resto, progressivamente revigorando entre os agentes econômicos a preocupação com uma agenda de médio prazo. O resto da história

está na memória de todos: concluída a fase preparatória e efetivada a implantação da nova moeda, o Real, a inflação despencou e o quadro sucessório de 1994 se alterou de maneira decisiva, a ponto de tornar fácil a eleição de Fernando Henrique contra Lula, já no primeiro turno da eleição presidencial de 1994.

III. SUCESSÃO DE 2002: A ASCENSÃO DE LULA

Não dispondo o PSDB, em 2002, de uma candidatura tão natural como fora em 1994 a de Fernando Henrique, e nem mesmo de um mecanismo semelhante ao controle de uma inflação ameaçadora, capaz de “produzir” tal candidatura, era previsível que a sucessão se tornasse novamente competitiva, com grandes chances para Lula e para o PT (Partido dos Trabalhadores).

A incerteza é boa para a democracia; na média de vários pleitos, pode-se sem dúvida afirmar que é essencial à democracia. Por que então lembro aqui a conjuntura eleitoral de 2002? Por dois ponderáveis motivos. Primeiro porque o Partido dos Trabalhadores não havia até então se despedido de sua aura original, um esquerdismo de cores algo messiânicas, e especialmente de um discurso democrático ambíguo, no qual o conceito de “democracia” nem sempre designava instituições competitivas, pluralistas, tendo como pedra angular a disputa do voto em eleições livres. Segundo, a questão mais imediata do impacto econômico-financeiro. Ambíguo quanto ao modelo de democracia, o PT era também o mais ambíguo quanto à política econômica que poria em prática, caso Lula viesse a ser eleito. Ora, não é segredo para ninguém que os chamados “mercados emergentes”, entre os quais o Brasil se inclui, dependem vitalmente de um contínuo influxo de capitais (sob a forma tanto de investimentos produtivos diretos como de aplicações financeiras). Se a situação econômica em conjunto é saudável, o problema político-eleitoral perde importância aos olhos dos investidores; se não é, as eleições em geral se transformam em fortíssimo complicador adicional.

Os fatos recentes são bem conhecidos. Uma vez guindados ao poder pelo voto popular em 2002, Lula e a cúpula do PT não deixaram dúvidas de que iriam manter e até aprofundar as políticas do governo anterior, ou seja, a “ortodoxia” de Fernando Henrique. Realmente, o fato mais importante da política brasileira desde quando o círculo vicioso político/econô-

mico foi rompido pelo Plano Real é sem dúvida a posição firmemente pragmática que o PT assumiu a partir de 2002, à medida em que a vitória eleitoral foi-se tornando palpável. Naquele momento, a instabilidade era crescente, como conseqüência das próprias incertezas da campanha eleitoral. A acelerada desvalorização do Real e a pressão inflacionária que dela decorria não deixavam dúvida quanto à grave deterioração do quadro econômico (e até político) que provavelmente iriam ocorrer em 2003. Estava-se diante de uma bifurcação. O caminho *congruente* com o passado ideológico petista levaria fatalmente ao agravamento da crise. O caminho *incongruente* propiciaria um rápido reequilíbrio cambial e boas condições de governabilidade. Lula escolheu a incongruência. Foi graças a esse pragmatismo que seu governo conseguiu reverter a aludida tendência à instabilidade; e é graças a ele que pode agora anunciar um “espetáculo de crescimento” para 2004/2005.

Daqui a muitos anos, com certeza ainda existirão pesquisadores empenhados em decifrar a chamada “guinada petista”, isto é, a súbita virada de Lula e do PT para uma postura pragmática. Uns dirão que isso ocorreu por puro oportunismo, outros lembrarão que essa mudança vem de longe: lenta e gradual, ela já era perceptível no debate interno do PT a respeito da campanha de 2002 e na opção por um estilo glamuroso de campanha, deixando para trás o PT carrancudo de outras épocas. Fora de dúvida é que a opção final se materializou sob o açoite da crise. Certos da vitória desde muito antes da eleição, Lula e seus auxiliares imediatos optaram por um caminho confiável para o mercado, evitando traumatizar investidores e abraçando uma agenda de reformas a ser enviada ao legislativo que não diferia muito das propostas que o governo anterior havia deixado pendentes. Fizeram-no, sem dúvida, ao menos em parte porque puderam apreciar, ao vivo e em cores, o tamanho do problema que teriam de enfrentar caso optassem pelo caminho oposto. O arcabouço da transição de governo (inovação institucional importante) arquitetado pelo presidente Fernando Henrique, baseado no compromisso público dos principais candidatos à presidência com o regime de política econômica em vigor deu o empurrão que faltava. O acordo com o FMI, que todos os candidatos menos Garotinho endossaram previamente, serviu como estímulo adicional, não apenas porque começou a reverter a instabilidade financeira, mas porque deixou nas mãos *do novo governo* a parcela maior dos recursos disponibilizados.

Os números da eleição também contribuíram para isso. Mostraram que Lula é muito maior que o PT. No mercado, uma das fontes do temor de uma “recaída” populista ou nacionalista era a suposição de que Lula seria refém dos militantes e radicais petistas, e dos numerosos grupos corporativos que giram à volta do partido. Mas a enorme votação de Lula e a votação apenas razoável do partido —sobretudo no que se refere aos governos estaduais—, desfizeram de vez a percepção de que o governo seria dominado pelas bases organizadas das quais longinquamente se origina.

A temida crise ligada à sucessão presidencial de 2002 foi portanto como a célebre batalha que não houve. Pela forma como se processou e devido à postura pragmática do governo Lula, pode-se afirmar que:

Institucionalmente, o velho fantasma petista foi exorcizado. Enquanto o PT não chegasse ao governo federal, a suposição de que a democracia brasileira não tinha ainda enfrentado o difícil desafio da alternância soa-va plausível; hoje, essa especulação tem interesse apenas histórico.

Economicamente, está demonstrado que o governo brasileiro, assim como a maioria dos latino-americanos, opera sob poderosas restrições de curto e médio prazo. Sejam quais forem os méritos relativos do “neoliberalismo” ou do “intervencionismo” —chavões a que recorro somente para abreviar o argumento— como propostas de mais largo prazo, no curto e no médio prazos não há dúvida de que a quebra de expectativas pode dar ensejo a crises graves, não apenas financeiras, mas de governabilidade e quiçá até de regime.

Politicamente, há também importantes lições a extrair. Na oposição, o PT e numerosos intelectuais a ele ligados criticavam o governo anterior pela heterogeneidade da aliança da qual dependia e pelo recurso demasiado freqüente a decretos (“medidas provisórias”), entre outros aspectos. No governo, logo se deram conta de que, dada a fragmentação do quadro partidário brasileiro, a governabilidade requer apoio multipartidário no legislativo (e fora dele). Se o governo precisa dessa base e deve mantê-la, obviamente não pode se conduzir de maneira ideológica ou sectária. É uma coisa ou outra. A menos que alguma futura reforma política altere esse quadro, a realidade é essa. A base parlamentar é necessariamente complicada, e assim a maior parte das críticas feitas ao governo no período anterior deve ser relegado ao baú das antiguidades inúteis.

IV. APONTAMENTO SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004

O bom desempenho do PT e do PSDB nas eleições municipais de 2004 vem sendo percebido por analistas políticos como indício de uma transformação profunda no sistema político brasileiro. Nessa ótica, o fortalecimento dessas duas siglas relativamente às demais equivaleria a uma concentração —ou redução da fragmentação— de nossa estrutura partidária. Na ausência de uma reforma política formal que estimulasse a concentração, estaríamos assistindo a uma reforma *de facto*, decretada pela massa dos eleitores.

Meses atrás, especulou-se até que o PT, detentor do poder na esfera federal, levaria de roldão os seus adversários municipais, ficando a um passo da condição de partido hegemônico. Batidos por toda parte, os partidos de oposição tornar-se-iam presa fácil em 2006, quando o PT, além de reeleger Lula, faria ampla maioria em ambas as Casas do Congresso. Nessa hipótese, o PT atingiria em apenas duas décadas e pela via eleitoral o status hegemônico do PRI mexicano ou do ANC sul-africano, cujas raízes devem ser buscadas em lutas revolucionárias da primeira metade do século passado.

Contados os votos, a ficção da hegemonia petista cedeu lugar à hipótese bem mais sóbria, mas ainda fantasiosa, do breve advento de um bipartidarismo semelhante ao dos Estados Unidos. Nesta interpretação, logo veríamos o PSDB travestido de Partido Republicano e o PT de Partido Democrata, murchando os demais em definitivo.

Ora, o bipartidarismo de tipo norte-americano não se caracteriza apenas pela polarização de duas grandes forças. Caracteriza-se também pela continuidade histórica e consequente firmeza do quadro institucional que baliza os enfrentamentos eleitorais e a alternância no poder. Os dois partidos norte-americanos não são apenas máquinas eleitorais. São também instituições profundamente arraigadas. Pode-se pois afirmar que, nos Estados Unidos, a estabilidade passada das instituições e dos partidos contribui para mais estabilidade no futuro. O Brasil é o caso oposto. Nossa história republicana mostra a descontinuidade não apenas de siglas individuais, mas de sucessivos *sistemas* partidários. Os partidos da Primeira República (1889-1930) não sobreviveram à Revolução de 1930. O intermezzo de Vargas (1930-1945) prescindiu por completo de partidos. Os do período 1945-1964 foram extintos por decreto, em 1965. No

período militar, a Arena, partido do governo, contrariou o prognóstico altissonante da época e não se firmou como “o maior partido do Ocidente”. E o PMDB, forte na transição do regime militar para o civil, embora numericamente expressivo em todos os níveis, tem pela frente um futuro nebuloso como protagonista na política nacional.

Para refletir sobre a evolução do sistema partidário, precisamos sopesar pelo menos três outros fatores, além das já citadas discontinuidades: 1) a base sócio-econômica; 2) a engrenagem institucional e eleitoral vigente; 3) o desempenho endógeno, vale dizer, o esforço de autoconstrução realizado pelos partidos.

Base sócio-econômica: como país em nível intermediário de desenvolvimento, o Brasil tem uma dinâmica social desfavorável à decantação de um sistema partidário. Já não se “beneficia” do atraso pré-capitalista, no qual o clientelismo e o voto de cabresto sedimentavam a identificação dos eleitores com os diferentes partidos; e não se beneficia *ainda* de um nível de bem-estar capaz de moderar as demandas sociais e estabilizar tais vínculos. Paradoxalmente, a democracia brasileira parece desenvolvida demais para a formação de partidos fortes, embora teoricamente não possa se firmar e aprofundar sem eles.

A engrenagem institucional e eleitoral: praticamente tudo no arcabouço institucional brasileiro favorece a fragmentação e conseqüentemente debilita a organização partidária. A federação cria realidades políticas estaduais; o sistema proporcional facilita a proliferação de siglas; nas eleições legislativas, o voto dado a indivíduos (e não a listas previamente hierarquizadas) torna a disputa interna entre companheiros de partido no mínimo tão intensa quanto a luta entre partidos adversários.

O avanço que muitos analistas vêm pressentindo, esse sim, inegável, deve-se portanto ao esforço de *auto-construção* partidária realizado pelo PT e pelo PSDB. Esses dois partidos cresceram e se firmaram porque expressaram melhor que os demais o anseio de mudança, modernidade e honestidade que ganhou força com a redemocratização do país. No governo Fernando Henrique, esse anseio se traduziu - e não poderia ter sido de outra forma -, no controle da super-inflação e na deflagração da reforma do Estado, com vistas à eventual retomada do crescimento em bases sustentáveis. O governo Lula vem dando continuidade à política econômica do governo anterior, e colhendo os frutos de um boa política de comércio exterior. Resta ver se o crescimento induzido por um ambiente externo favorável mostrar-se-á sustentável além de 2006.

Extraír da eleição municipal uma tendência ao bipartidarismo, parece-me portanto prematuro. O que podemos afirmar é que PT e PSDB conseguiram se distinguir dos demais partidos e ganhar terreno, graças a um esforço interno de autoconstrução. Manter-se-ão na dianteira se e enquanto a sociedade os perceber como os mais afinados com seus anseios, e desde que consigam responder de maneira positiva às mais importantes demandas sociais: crescimento e emprego, menos desordem e criminalidade.

V. À GUIZA DE CONCLUSÃO: VISÃO DE MÉDIO PRAZO

Numa perspectiva de tempo mais dilatada, haveria muitas questões a considerar. Neste período de transição entre o governo FHC e o PT, recém-chegado à esfera federal, a agenda pública de médio prazo parece opaca, para não dizer vazia ou confusa. A agenda reformista dos anos 90 tinha um alfa e um ômega bem claros: controlar a inflação e reformar o setor público. E havia igualmente uma geração de líderes amadurecidos, formada na transição do regime militar para o civil, que a encarnava. Hoje não há uma coisa nem outra, ou melhor, há um pouco de tudo, mas o conjunto parece difuso, em comparação com o momento da ascensão de Fernando Henrique, em 1994. Na área fiscal e no que se refere ao clima geral de gestão econômica, o país fez grandes avanços nos últimos anos — tanto fez que o governo Lula pôde optar por uma linha de continuidade. Na virada dos anos 80 para os 90, o açoite da inflação levou ao amadurecimento de uma agenda de reformas. Outra agenda precisará amadurecer nos próximos anos, sob novo impulso. Mas qual é a agenda do país para daqui a cinco ou dez anos? Quais são as questões centrais? Que outras reformas serão necessárias —nos níveis macro e microeconômico, na esfera administrativa etc.— para retomar o crescimento econômico e dele tirar o melhor proveito social possível? Para esse extenso leque de indagações a que estou apenas aludindo, ainda faltam respostas.